

A Superação dos Obstáculos da Dependência como Solução para o Crescimento Econômico em Países Emergentes

Airton Carlos Patzlaff
Priscila Maria Gregolin

RESUMO

Pretende-se por meio desta explanação expor uma proposta para o crescimento econômico das nações que historicamente foram condicionadas a dependência internacional e ao subdesenvolvimento, notadamente no Brasil. Com respaldo em elementos teóricos de convicção, buscou-se demonstrar que as transformações necessárias para a superação do subdesenvolvimento vão além de um pacote de políticas neoliberais, bem como, ultrapassam as limitações de um Estado despoticamente protecionista. Dialeticamente, vislumbrou-se a compreensão e superação dos obstáculos fixados outrora pela economia colonial, mormente através da análise ideológica keinesiana e da adequação de um novo papel dos Estados de industrialização tardia na economia internacional.

Palavras-chave: Estado, independência, tecnologia, desenvolvimento.

1.0 INTRODUÇÃO

Os objetivos gerais desse trabalho traduzem-se na busca pela compreensão dos motivos que condicionam os países subdesenvolvidos à permanente submissão econômica, tendo como foco a aplicação das políticas econômicas na gestão pública.

Quanto aos objetivos específicos busca-se não apenas discriminar alguns dos problemas relativos ao pífio desenvolvimento dos países emergentes, mas também, propor estratégias e soluções para se chegar ao desenvolvimento sustentável, tendo em vista a investigação das ameaças e obstáculos macroambientais.

Os fatores que motivaram esse itinerário são evidenciados na contínua frustração das políticas econômicas que visam à ascensão dos países subdesenvolvidos. Por esse modo, sendo o Brasil um país emergente, revela-se a importância de se buscar instrumentos adequados para atingir o desenvolvimento econômico nacional, uma vez que seus reflexos irão repercutir no bem-estar social.

Esse estudo trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, sendo que as observações empíricas se baseiam em diferentes fontes bibliográficas, na qual as idéias convergem dialeticamente para a compreensão da realidade investigada.

2.0 COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS MACROECONÔMICOS

São evidentes as condições de atraso e dependência das nações que, devido às circunstâncias de submissão a qual estiveram sujeitas no passado, iniciaram o desenvolvimento industrial e tecnológico tardiamente.

As primeiras transações comerciais que marcaram o estudo da economia colonial denotam a indelével supremacia de determinados povos sobre os demais.

Destaca-se no referido contexto a chegada dos europeus na América e a função de exploração que estiveram submetidos povos distintos, como o Brasil, onde o “darwinismo social” se mostrou de maneira contundente subjugando os habitantes aos avaros anseios imperialistas.

Os fatos que sucederam à submissão acima mencionada corroboram a assertiva da dependência dos países periféricos, uma vez que a função econômica destes Estados se direcionou a atender as necessidades impostas pelo mercado externo.

Destarte, a função básica das colônias foi, por longa data, a de subsidiar a produção industrial e o progresso das metrópoles através da exportação de insumos que, posteriormente, voltavam para o próprio país de origem na condição de produtos acabados a serem comercializados.

Nessa perspectiva, destaca-se o raciocínio do eminente intelectual Max Weber, no que tange à superação da condição de nação vencida. “Esqueçamos o passado e discutamos as conseqüências que se impõe retirar da nova situação, tendo em conta os interesses materiais que estavam em jogo e – ponto essencial – considerando a responsabilidade perante o futuro” (1968, p.110).

Diante dos termos supracitados, para alcançar um desenvolvimento sustentável, faz-se necessário adequar novas políticas macroeconômicas à realidade dos países que se industrializaram tardiamente. Ademais, deve-se buscar a transformação da consciência coletiva dos povos emergentes, através da presença de um Estado que saiba atuar com responsabilidade e coerência dentro da lógica capitalista.

3.0 TRANSFORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA COLETIVA

Primeiramente deve-se compreender que a obtenção de uma grande transformação é alcançada somente ao atin-



gir o cerne da sociedade. Para tanto, é imprescindível tornar intrínseca à consciência coletiva a capacidade de superação dos desafios do sistema capitalista.

A readequação da consciência coletiva se daria por intermédio de incentivos ao desenvolvimento do espírito investigativo e empreendedor.

Sabe-se que no contexto hodierno a burocracia estatal acaba por esmorecer as centelhas empresariais que por ventura surgem no universo subdesenvolvido. Desta forma, o Estado deveria repensar certas práticas.

Uma alternativa seria a implantação de políticas fiscais que tragam um ônus menor para o microempresário, uma vez que os altos impostos fazem com que muitos planos inovadores jamais saiam do papel, ou se concretizem na informalidade e na ilegalidade.

Argumentando a respeito dos impactos da informalidade, cita-se Rydlewski e Guandalini (Veja 2005, p.151) “Reduz a arrecadação do governo, derruba o lucro e aumenta os impostos de quem anda na legalidade, além de desestimular o investimento em tecnologia de ponta”.

Além disso, a receita proveniente do fisco deve primar pelo investimento científico que por séculos vem sendo negligenciado, uma vez que as tecnologias existentes nos países de Terceiro Mundo são quase totalmente importadas dos desenvolvidos, fato que gera uma dependência ainda maior por parte das nações subdesenvolvidas.

Diante do exposto, verifica-se um desestímulo governamental, no qual a parcela da sociedade engajada na pesquisa e nos empreendimentos vem sofrendo um crônico desgaste, em termos fáticos, culminando com um gradual sentimento de conformismo social.

Segundo o antropólogo Schwarcz, em reportagem publicada pela revista Super Interessante (2005, p.73) “Essa convivência com a desigualdade durante séculos faz com que as pessoas não se comovam mais com a miséria”.

Em última instância, a sociedade tornou-se conivente à situação de dependência e um certo comodismo impregnou-se na consciência coletiva. Porém, o quadro pode ser revertido com o auxílio do Estado, e com um novo comportamento da sociedade será possível alcançar a independência econômica e social das nações espoliadas.

4.0 REFORMA ESTRUTURAL

Apesar das condições de dependência atual serem menos perceptíveis que as pretéritas, empiricamente elas existem e se expressam em circunstâncias mais complexas que alhures.

Na verdade, a forma da dependência vai mudando, sem que ela deixe de existir. A grande contribuição da teoria da dependência é mostrar que, com toda a industrialização ocorrida em alguns países periféricos, a dependência mudou de forma, mas não mudou de sentido..

(SINGER, 1983, p. 153)

O fato de países emergentes estarem se industrializando e produzindo mercadorias de grau tecnológico mais avançado não representa a conquista da autonomia, significa apenas um novo nível de dependência perante os países centrais.

As nações que antes tinham de importar certos produtos industrializados, no contexto atual possuem capacidade de produzir em território nacional, porém, precisam importar a tecnologia necessária ao funcionamento do aparato industrial. Outrossim, os referidos países dependem do mercado externo para ampliar a demanda da produção.

Desta forma, presencia-se um descaso do governo em questões de âmbito estrutural, que proporcionam mudanças significativas apenas a longo prazo.

As razões para a ineficiência e o atraso científico nacional se evidenciam claramente em três pontos principais, conforme discorre MOREL (1979, p.74), “a ausência de uma burguesia nacional empreendedora e esclarecida, disposta a investir em pesquisa; a ineficiência administrativa do Estado e, por fim, a falta de recursos humanos qualificados”.

As políticas macroeconômicas de curto prazo vêm alterando apenas a conjuntura sem trazer melhorias consistentes e estruturais na realidade econômico-social.

No contexto brasileiro, verifica-se uma preocupação descomedida com a manutenção dos baixos índices de inflação, sem perceber que para atingir o pleno emprego se torna incompatível persistir em uma postura monetarista, sendo o FMI um instrumento do gênero.

Em entrevista realizada pela revista Primeira Leitura, o economista Milton Friedman discorre de forma categórica acerca do papel do FMI no Brasil.

O FMI deveria ser abolido. Veja esse empréstimo imenso feito ao Brasil no ano passado, um absurdo. Acho que o seu país precisa solucionar sozinho os seus problemas. O Brasil não será beneficiado por uma ajuda que permitirá ao país apenas adiar a solução de suas mazelas econômicas. Financiar gastos internos com moedas estrangeiras é uma péssima política para vocês. Isso ocorreu na Argentina e foi a receita do desastre.

(FRIEDMAN, 2003, p.45)

Além disso, verifica-se que os países que recorreram ao FMI ao acatarem os pacotes neoliberais obtiveram reduções drásticas no nível social. Uma vez que as políticas propostas ocasionaram recessão econômica e queda na qualidade de vida da população, em detrimento do controle inflacionário.

Apesar do Brasil já ter conseguido se libertar do FMI, percebe-se um conjunto de atitudes equivocadas vindas dos governos periféricos que ainda prevalecem e que, de modo geral, acabam por acentuar as disparidades entre as classes.

5.0 O PENSAMENTO DE KEYNES E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO

Analisando as premissas deixadas pelos pensadores econômicos no curso histórico percebe-se a existência de concepções diversas.

Em períodos anteriores acreditava-se na possibilidade de elucidar amplamente as questões econômicas voltando-se apenas para o estudo da microeconomia.

Não obstante, o trabalho de Keynes traz elementos que permitem uma apreciação mais abrangente dos paradigmas.

Resumindo, seria errôneo avaliar o lugar de Keynes na história do pensamento econômico sobretudo em termos de sua reação contra a 'Lei de Say', que foi realmente 'fundamental à Economia Política ricardiana' somente durante curto período histórico. O que ele combatia, no fundo, era a contínua preocupação da maioria dos economistas com a análise microeconômica numa época em que os problemas práticos em pauta exigiam a análise macroeconômica.

(MEEK, 1971, p.239)

A visão macroeconômica supracitada não sustenta a convicção de uma panacéia diante dos prognósticos, apenas busca uma atuação estatal que traga resultados estruturais capazes de perdurar nas décadas ulteriores.

No intuito de gerar empregos e possibilitar o crescimento econômico, Keynes acreditava que se fazia "necessária uma política de juros baixos, o que estimularia um fluxo de poupança para investimento. Propunha também que os governos fizessem um programa de obras públicas" (MAIA, 2001, p.83).

Grande parte das doutrinas que antecederam a crise de 29 acreditavam no equilíbrio proporcionado pelo livre jogo das forças de mercado, pregando os benefícios de um Estado Mínimo. Porém, a repercussão gerada pela crise liberal atingiu proporções globais que fizeram repensar a função do Estado.

Nas palavras do doutor em ciências políticas em Harvard tem-se a seguinte afirmação: "tanto para as sociedades individuais como para a comunidade global, o enfraquecimento do Estado não é o prelúdio da utopia, mas sim o desastre." (FUKUYAMA 2005, HSM Management, p.95)

Sendo assim, o fatídico evento liberal de 1929 ilustra com propriedade as conseqüências supracitadas, de modo que na busca pela solução das emergentes dificuldades estruturais, "liberais democratas e reformadores mais audaciosos eram influenciados pelas idéias do economista inglês John Maynard Keynes, que preconizava a realização de investimentos públicos para dinamizar a economia em períodos críticos". (ARRUDA e PILETTI, 1999, p.354).

As teorias de Keynes se mostraram eficazes na solução da crise, confirmando-se de modo pragmático no "New Deal", instrumento que reestruturou a economia norte-americana por meio da intervenção estatal.

6.0 CONCLUSÕES

Considerando os argumentos explanados nos autos do artigo, pode-se inferir o potencial econômico inerente aos países que por séculos foram subordinados aos interesses internacionais.

Vale ressaltar que diante de um contexto onde o mundo se torna cada vez mais globalizado não é possível se desligar do mercado externo através de um desequilibrado protecionismo estatal, tampouco é salutar adotar uma postura submissa no mercado.

Destarte, faz-se necessário interagir com os agentes econômicos internacionais de maneira equilibrada, sem perder a capacidade intelectual de barganha, proporcionada sobretudo pela atuação estatal focada no desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, José. PILETTI, Nelson. **Toda a História: História Geral e do Brasil**. 9 ed. São Paulo, Editora Ática, 1999.

CAVALCANTE, Rodrigo. A Cara do Brasileiro. **Revista Super Interessante**. São Paulo, Editora Abril, n. 217, set. 2005.

FUKUYAMA, Francis. A Necessidade de Restauração do Estado. **Revista HSM Management**. São Paulo, Editora Savana, n.48, jan./fev. 2005.

HAAG, Carlos. A folia discursiva do vovô do ultraliberalismo. **Revista Primeira Leitura**. São Paulo, Editora Primeira Leitura, n. 16, jun. 2003.

MAIA, Jayme de Mariz. **Economia Internacional e Comércio Exterior**. 7 ed. São Paulo, Editora Atlas S. A., 2001.

MEEK, Ronald Lindley. - **Economia e Ideologia: o desenvolvimento do pensamento econômico**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1971.

MOREL, Regina Lúcia Moraes. **Ciência e Estado: A política científica no Brasil**. São Paulo, Editora T. A. Queiroz, 1979.

RYDLEWSKI, Carlos. GUANDALINI, Giuliano. O Grande Salto. **Revista Veja**. São Paulo, Editora Abril, n. 1934, dez. 2005.

SINGER, Paul. **Aprender Economia**. 3 ed. São Paulo, Editora Brasiliense, 1983.

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo, Editora Cultrix Ltda., 1968.